



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO Nº 01/2021 (TOMADA DE PREÇOS)

Protocolo n.º 6.293/2021 PAD

ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

DIA 30/08/2021 às 14:00 HORAS

1 - A Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 156/2021 do Senhor Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo menor preço, sob o regime de empreitada por preço global que será regida pela Lei nº 8.666/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, para a **execução de passarela em estrutura de concreto armado**, conforme descrições e especificações contidas neste edital e seus anexos.

1.1 - Os envelopes fechados contendo a documentação relativa à **HABILITAÇÃO (n.º 1)** e **PROPOSTA DE PREÇOS (n.º 2)**, deverão ser entregues e protocolados até às **14:00 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2021**, na Seção de Protocolo deste Tribunal, Rua João Parolin, n.º 224, CEP 80.220-902, Curitiba – PR, direcionados à Comissão Permanente de Licitação.

1.1.1 - A proponente deverá especificar na parte externa dos envelopes os dados da empresa: razão social, endereço, telefone e *e-mail*.

1.2 - A abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação (n.º1) será efetuada no dia **30 (trinta) de agosto de 2021, às 14:00 horas**, Horário de Brasília – DF, no Auditório deste Tribunal, designado para o certame e sito no endereço acima e em ato contínuo, se possível, serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços (n.º 2).

1.3 - São partes integrantes deste edital, os anexos abaixo relacionados:

Anexo I – Projeto Básico

Anexo II – Caderno de Encargos

Anexo III – Planilha Orçamentária Estimativa

Anexo IV – Proposta Detalhada

Anexo V - Projeto Elétrico/Iluminação

Anexo VI – Projeto Estrutural

Anexo VII – Declaração de não existência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação, de não haver sido declarada inidônea junto a qualquer Órgão da Administração Pública e de Cumprimento ao disposto no Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal

Anexo VIII – Declaração de Microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

Anexo IX – Declaração de opção da sistemática de recolhimento das contribuições previdenciárias

Anexo X – Termo de Sigilo e Responsabilidade

Anexo XI – Minuta do Contrato

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo seu objeto a **execução de passarela em estrutura de concreto armado na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná**, em Curitiba – PR, de acordo com os projetos, caderno de encargos, quantitativos, especificações gerais de serviços, recomendações, cronograma físico-financeiro e planilhas, conforme este edital e demais anexos.

3 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Para participar da presente licitação os interessados poderão estar **CADASTRADOS E HABILITADOS NO SICAF** para a prestação dos serviços especificados no edital ou apresentar fotocópias, autenticadas por cartório competente ou por servidor do TRE, dos documentos elencados nos itens 5.1.1 e 5.2.

3.2 - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

- a) art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;
- c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

3.2.1 - As condições exigidas no item 3.2 serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitação em conjunto com a documentação de habilitação.

3.3 – Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados

3.3 - Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.3.1 - A proibição constante do item acima se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.4 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

3.5 - A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada por este Tribunal, quando, no caso concreto, seja identificado risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, § 4º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça)

3.6 - Qualquer manifestação em relação à presente licitação somente poderá ser formulada pelo representante credenciado da licitante, junto à Comissão Permanente de Licitação, na data fixada para a abertura do certame, por meio da apresentação de instrumento público ou particular de representação, devendo, ainda, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou documento equivalente.

3.6.1 – É vedado a uma só pessoa representar mais de um licitante.

3.7 - O não credenciamento de representante não ensejará a inabilitação da licitante, mas obstará qualquer pessoa de se manifestar ou de responder pela mesma na Sessão.

3.8 - A participação nesta licitação implica a aceitação plena e irrevogável das condições constantes deste edital e seus anexos.

4 - DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1 - Até o dia, horário e local fixados no preâmbulo deste instrumento convocatório, cada licitante deverá apresentar, à Comissão Permanente de Licitação, sua documentação e proposta, em dois envelopes individualizados e fechados, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres:

- a) **ENVELOPE 1 (HABILITAÇÃO)**
LICITANTE:
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2021
- b) **ENVELOPE 2 (PROPOSTA DE PREÇO)**
LICITANTE:
TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2021

4.2 - A Seção de Protocolo deste Tribunal registrará o dia e a hora da entrega dos envelopes 1 e 2 que serão, de imediato, encaminhados à guarda da Comissão Permanente de Licitação.

4.2.1 - O TRE-PR não se responsabilizará por documento e proposta enviados via postal ou entregues em outro setor que não seja o especificado acima.

5 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO (ENVELOPE 01)

5.1 - Em conjunto com o exame da documentação de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme disposto no item 3.2, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1 - SICAF;

5.1.2- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

5.1.3- Constatada a existência de sanção, a Comissão Permanente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.2 - A comprovação da **HABILITAÇÃO** das proponentes cadastradas no SICAF será obtida via “*on line*” pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos dos artigos 29 a 31 da Lei nº 8.666/93, a qual verificará a validade dos documentos.

5.2.1 - As proponentes não cadastradas no SICAF deverão apresentar, dentro do envelope 01, fotocópias autenticadas por cartório competente ou por servidor do TRE, dos documentos a seguir relacionados, os quais correspondem ao cadastramento e habilitação no SICAF:

5.2.1.1 - Comprovação relativa à **Habilitação Jurídica**:

- a) Contrato Social e suas alterações;
- b) Inscrição no CNPJ (atualizada).

5.2.1.2 - Comprovação relativa à Regularidade Fiscal:

- a) Certidão unificada comprobatória de regularidade fiscal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional (conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014).
- b) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa licitante ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver.

5.2.1.3 – Comprovação relativa à Regularidade Trabalhista:

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, sob pena de inabilitação.

5.2.1.3.1 - A CPL poderá consultar o documento da licitante vencedora na página da TST (link: <http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.2.2 - Caso conste no cadastro do SICAF algum documento habilitatório com data de validade expirada, a Comissão Permanente de Licitação poderá consultar o documento da licitante vencedora nas páginas (sítios) das entidades responsáveis pelo referido tributo.

5.2.3 - Para as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Os documentos originais, comprobatórios da regularização, deverão ser protocolados em até 2 (dois) dias úteis neste Tribunal.

5.2.3.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

5.3 - Todas as licitantes, inclusive as optantes pelo SICAF, deverão apresentar, ainda, dentro do envelope 1:

5.3.1 - Declarações de:

a) Não existência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação, de não haver sido declarada inidônea junto a qualquer Órgão da Administração Pública e de cumprimento ao disposto no Artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo constante no Anexo VII);

c) Enquadramento de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa¹ ou Declaração de Reenquadramento, se for o caso, emitida pela Junta Comercial, com o objetivo de verificar se a licitante se enquadra na situação de

¹ art. 34 da Lei nº 11.488/2007.

microempresa ou empresa de pequeno porte e se atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 (conforme modelo constante no Anexo VIII).

c.1) Para fins de comprovação deste enquadramento, também será admitida a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, desde que conste expressamente que a licitante se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa e que a informação esteja disponível na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação.

5.3.2 - Prova de registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA/CAU) da região em que estiver vinculada à licitante, dentro do prazo de validade, onde constem seus responsáveis técnicos.

5.3.3 - Atestado de capacidade técnica em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, baseado em contratação anterior pertinente ao objeto, com características similares ou superiores ao deste edital, onde conste execução bem sucedida ou termo semelhante, que comprove a execução, em obra única, de estrutura em concreto armado em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume total² solicitado para esta contratação, ou seja, deverá ser comprovada a prestação de serviços de execução em, pelo menos, 05 m³ (cinco metros cúbicos) .

5.3.3.1 - Ao TRE/PR será reservado o direito de efetuar diligências a fim de averiguar a veracidade do atestado apresentado.

5.3.4 - Indicação de pelo menos 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto, o qual será o responsável técnico (RT) e assumirá pessoal e diretamente a supervisão dos serviços contratados, mediante apresentação de contrato de prestação de serviços, registro em carteira de trabalho ou, ~~ainda~~, em sendo proprietário, contrato social. (Lei nº 8.666/93, Art. 30, § 1º, inciso I – capacitação técnico-profissional), ou ainda, com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagra vencedor do certame.

5.3.4.1 - Comprovação quanto ao registro do profissional responsável na entidade profissional competente – CREA/CAU, dentro do prazo de validade.

5.3.5 - No caso de sociedades cooperativas deverão ser apresentados, ainda:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- f) ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos para a contratação e execução do contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do art.4º, inciso I do art. 21 e §§ 2º a 6º do art. 42 da Lei nº 5.764 de 1971;

² O volume total corresponde a 10 m³ (Dez metros cúbicos).

- h) a declaração de regularidade de situação do contribuinte individual (DRSCI) de cada um dos cooperados relacionados;
- i) a comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- j) o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) a comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- l) a comprovação do envio do Balanço Geral e o Relatório do Exercício Social ao órgão de controle, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764 de 1.971

5.4 - A condição exigida no item 3.2 será verificada pela Comissão Permanente de Licitação na fase de habilitação.

5.5 - Todos os documentos exigidos deverão ser apresentados em original, fotocópias autenticadas por cartório competente ou por servidor deste TRE, devendo suas datas de validade estar hábeis na abertura da licitação.

5.6 - Os envelopes contendo a HABILITAÇÃO (N.º 1) serão abertos em Sessão Pública, na Sala C - 353, designada para o certame, no dia e hora determinados no item 1.1. O resultado do julgamento da habilitação será conhecido, se possível, de imediato, se todos os licitantes estiverem presentes. Caso contrário, o resultado será publicado na Imprensa Oficial, sendo lavrada em Ata tal circunstância, correndo, a partir da comunicação ou da publicação, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para eventuais recursos.

5.7 - Os envelopes das propostas (n.º 2) das empresas inabilitadas serão devolvidos fechados, caso não haja interposição de recurso ou após a sua denegação.

5.8 - Havendo desistência expressa do recurso na fase de habilitação poderão ser abertos de imediato os envelopes (n.º 2) contendo as propostas.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 - A proposta deverá ser redigida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinha, em envelope fechado.

6.2 - A proposta deverá estar assinada pelo PROPONENTE ou seu representante legal, assim como constar, além do título do estabelecimento, a razão ou denominação social, carimbo do CNPJ, Inscrição Estadual, indicação do número da conta corrente, banco e agência respectivos, para efeito de emissão de Nota de Empenho e posterior pagamento, correlatos com os documentos habilitatórios.

6.2.1 – Caso a licitante vencedora não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio de outra unidade (matriz ou filial) da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.3 – Só será aceita cotação em moeda nacional, em algarismo e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.

6.4 – Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas.

6.5 – Poderá a Comissão Permanente de Licitação, no interesse

da Administração e a seu critério, relevar omissões puramente formais, desde que:

- a) não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;
- b) possam ser sanadas no prazo que vier a ser fixado pela Comissão.

6.6 – Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas bem como anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigará-se à prestação dos serviços descritos neste edital.

6.7 – A apresentação da proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital e qualquer proposta em desacordo com as exigências do mesmo será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação.

6.8 – As propostas deverão ter prazo de eficácia de 60 (sessenta) dias, de acordo com o parágrafo terceiro do Artigo 64 da Lei nº 8.666/93.

6.9 – A Proposta Detalhada (anexo IV) deverá ser elaborada considerando as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e observar os seguintes requisitos:

a) Planilha Orçamentária Estimativa, anexo III, constando o preço unitário e preço total proposto (aba “orçamento”).

b) O preço orçado para a obra, o qual está de acordo com orientação do SINAPI, e na falta deste, orientado pelo PINI, é de, no máximo, **R\$ 109.976,28 (cento e nove mil, novecentos e setenta e seis reais e vinte e oito centavos)**, o qual será considerado como parâmetro para análise das propostas apresentadas. O valor global da proposta, bem como o de todas as etapas, não poderá exceder aos valores constantes na Planilha Orçamentária Estimativa (anexo IIII) fornecida por este Tribunal, sob pena de desclassificação.

b.1) Para fins de eventuais aditamentos, havendo itens ou subitens com valores acima dos valores constantes na Planilha Orçamentária Estimativa (anexo III), serão efetivados os aditivos com base no menor valor existente na Tabela SINAPI ou, na falta deste, na PINI.

b.1.1) Eventuais acréscimos de itens não inclusos na planilha licitada, inseridos em razão de fato superveniente não previsto na ocasião dos estudos técnicos, deverão manter o mesmo desconto advindo da licitação.

b.2) A empresa que ofertar o menor preço deverá encaminhar a planilha apresentada no certame via *email* (cpl@tre-pr.jus.br) para a Comissão Permanente de Licitação, para fins de análise dos preços ofertados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da solicitação.

c) Quaisquer discordâncias entre projetos, planilha orçamentária e/ou encargos, deverão considerar sempre a maior quantidade resultante para efeito de orçamento e composição de preço global da obra, quando se fizer necessário, para garantir a total execução da obra para benefício da Contratante.

d) Nos preços unitários propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, deslocamentos, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade

civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas Municipais, Estaduais e Federais, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa das obras, conforme projetos e especificações constantes deste Edital, bem como seus lucros, sem que lhe caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-PR.

d.1) A licitante deverá apresentar o custo do BDI (Bonificação e despesas Indiretas) em planilha específica (aba BDI do Anexo IV – Proposta Detalhada), contendo a composição detalhada dos seus itens em valores ou percentuais, não devendo constar nesta planilha despesas relativas à administração local, manutenção específica do canteiro de obras, custos de mobilização e desmobilização e outras despesas diretas da obra, por já se encontrarem no orçamento detalhado da obra, bem como parcelas relativas aos tributos IRPJ e CSLL, conforme determinado pelo Acórdão TCU-950/2007.

e) Os preços propostos deverão ser finais, acrescidos de todas as despesas³ (frete, impostos, taxas, etc.), não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

f) No caso de empresa que seja optante pela sistemática de contribuição previdenciária sobre a receita bruta em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento (Desoneração da Folha de Pagamento), nos termos da Lei nº 12.546, de 14/12/2011, a licitante deverá encaminhar, junto com a proposta detalhada (anexo IV), declaração de opção, conforme prevê o art. 9º, § 6º, da Instrução Normativa RFB 1436, de 30/12/2013 (conforme modelo constante no Anexo X).

7 - DO PROCESSAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - Depois de abertas, as propostas serão rubricadas pelos Membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos representantes das empresas presentes ao ato, não cabendo posteriormente qualquer reclamação por parte da proponente que se abster de rubricá-las.

7.2 - Da abertura das propostas será lavrada Ata circunstanciada, assinada pelos representantes das empresas licitantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação.

7.3 - Somente pessoa credenciada pela licitante por meio de contrato ou procuração, poderá falar em seu nome durante todas as fases do processamento. Em nenhuma hipótese o credenciado poderá falar por mais de uma empresa concorrente.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIO DE DESEMPATE

8.1 - Será considerada vencedora a licitante que oferecer a proposta de **menor preço global**, desde que atendidas todas as condições estabelecidas neste Edital.

8.2 - Quando houver participação nesta licitação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empate quando

³ Para o caso das cooperativas o valor final deverá contemplar, inclusive, a contribuição Previdenciária (conforme ADI RFB nº 1/2017).

a proposta dessas empresas for igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta classificada em primeiro lugar.

8.3 - A Comissão Permanente de Licitação, ao verificar a hipótese do item acima, determinará a realização de Sessão Pública para desempate.

8.4 - A Sessão Pública para desempate acontecerá no prazo mínimo de 1 (um) dia após a comunicação do resultado de julgamento, devendo a microempresa e/ou empresa de pequeno porte apresentar proposta de preços devidamente ajustada e inferior à da primeira colocada, sob pena de preclusão.

8.5 - Na hipótese de microempresas e/ou empresas de pequeno porte empatadas com o mesmo valor, será realizado sorteio, nos termos da Lei nº 8.666/93.

8.6 - Caso não ocorra a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora após a realização de desempate ou a não oferta de proposta, nos termos do item 9.2, o objeto será adjudicado em favor da proposta originariamente classificada em primeiro lugar.

8.7 - À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá julgamento em obediência às condições aqui estabelecidas, bem como decidir quanto às dúvidas ou omissões deste Edital, com base na legislação vigente.

9 – DOS DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO⁴

9.1 - A contratada deverá entregar ao gestor da contratação, em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, a declaração constante no **anexo X (Termo de Sigilo e Responsabilidade)**, garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

9.1.1 – O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da empresa.

10 - DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

10.1 - A despesa com a presente licitação correrá à conta do Programa de Trabalho – “Julgamentos de Causas e Gestão Administrativas”. Categoria Econômica: Investimento.

11 - DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento do objeto da presente licitação será efetuado conforme disposições constantes do contrato (minuta anexa).

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo

⁴ Sem prejuízo de demais documentos que eventualmente sejam solicitados neste edital e seus anexos.

administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das sanções a seguir e daquelas constantes no contrato (minuta anexa), de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

a) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos, de acordo com a natureza da falta.

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.2 - Pela recusa em assinar o instrumento contratual a licitante vencedora estará sujeita a aplicação de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, podendo ser cumulada com suspensão ou inidoneidade.

12.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (antigo Ministério da Fazenda)⁵ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IGP-M ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação caberão recursos nos termos do artigo 109 e parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

13.2 - As empresas licitantes poderão apresentar recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da divulgação oficial dos resultados do julgamento das propostas, que se dará da ciência da decisão.

13.3 - Interposto recurso, serão comunicados os demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Caso a Comissão não reconsidere o ato recorrido, submeterá à apreciação da autoridade superior que decidirá no prazo de 05 (cinco) dias.

13.4 - Não terão direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aqueles que o tendo aceitado sem objeção, venham a apontar, depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal manifestação não terá efeito de recurso.

14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Este Tribunal reserva-se o direito de optar pela adjudicação à empresa colocada em segundo lugar, se a primeira colocada recusar-se a prestar os serviços propostos, objeto deste Edital, ou em assinar o contrato pertinente, sujeitando-se a empresa recusante às penalidades legais cabíveis.

14.2 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná poderá anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, conforme previsto em lei.

⁵ Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1.º, inciso I.

14.3 – Poderá a Comissão Permanente de Licitação, no interesse da Administração e a seu critério, relevar omissões puramente formais, desde que:

- a) Não comprometam a lisura e o caráter competitivo da licitação;
- b) Possam ser sanadas no prazo que vier a ser fixado pela Comissão.

15 - INFORMAÇÕES

15.1 – Será possível a realização do *download* de todos os arquivos pertinentes a este edital pela internet, *home page*: www.tre-pr.jus.br.

15.2 - Dúvidas quanto ao objeto da contratação poderão ser sanadas com a Seção de Obras e Projetos deste Tribunal, pelo telefone (41) 3330-8801, das 12h às 19h.

15.3 - Outras informações e esclarecimentos relativos à licitação e condições poderão ser obtidos na Rua João Parolin, 224, Sala da Comissão Permanente de Licitação, sala C385, ou ainda:

- Comissão Permanente de Licitação/Equipe de Apoio: pelo telefone (41) 3330-8741 ou *e-mail* cpl@tre-pr.jus.br.
- Seção de Licitações: pelos telefones (41) 3330-8598 / 3072-4796 ou *e-mail* slic@tre-pr.jus.br.

15.4 - O horário para atendimento é de segunda a sexta-feira das 12h às 19h.

Curitiba, 10 de agosto de 2021.

Julian Velloso Pugh
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Membro da CPL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Membro da CPL